

letra

o jornal do alfabetizador



MALA DIRETA
POSTAL
7380786905 DR-MG
CEALE/UFMG



ISSN 1808-0650



Belo Horizonte, março/abril de 2009 - Ano 5 - nº 17

12 Stella Maris Bortoni-Ricardo
Entrevistada fala sobre variação linguística



5 O tema é
Qual o limite entre brincadeira e violência?

7 Livro na roda
Leitura com os olhos e outros sentidos

8 Reformas ortográficas
Veja como a escrita do português mudou ao longo do tempo

O acordo ortográfico e a dinamicidade da língua portuguesa



ZÉLIA VERSIANI E ISABEL CRISTINA FRADE – professoras da Faculdade de Educação da UFMG, pesquisadoras do Ceale e editoras pedagógicas do Letra A

A partir deste número, o *Letra A* passa a adotar as novas regras do Acordo Ortográfico assinado por oito nações de língua portuguesa. As discussões sobre as novas regras vinham sendo realizadas desde 1986, mas o acordo foi assinado somente em 1990. De 2009 em diante, os países lusófonos envolvidos passam, gradativamente, a adotá-las. Os jornais saíram na frente e a maior parte daqueles de ampla circulação nacional já incorporou as mudanças. Outros materiais impressos como livros didáticos e livros de literatura terão até 2012 para se adequarem às novas regras da escrita. Não é a primeira vez que nossa língua passa por reformas ortográficas. Para compreendermos um pouco mais sobre a sua necessidade, o *Letra A* destaca o tema em algumas de suas matérias, focalizando acordos e desacordos sobre essa temática que tem gerado muita polêmica, sobretudo nos países de além-mar onde as mudanças foram propostas em maior número.

Estima-se que apenas 0,8% do vocabulário brasileiro será afetado e, do ponto de vista ortográfico, vemos que as mudanças nas convenções são mais lentas do que as mudanças que ocorrem em outros planos da língua, como o semântico. Mas, ainda que atinja pequeno percentual de alterações, uma mudança na convenção ortográfica traz consequências não só pedagógicas, mas também políticas. Daí a possibilidade de a língua portuguesa se afirmar no mundo, de ser idioma oficial na Unesco e de alcançar maior unidade nos registros em documentos de vários países lusófonos.

No entanto, como o leitor verá nas matérias deste número, acordos não são simples e há movimentos contrários à sua consolidação. Mas, independentemente da aceitação de um acordo histórico ou do conteúdo de suas mudanças, a escrita sempre será objeto de convenção. Ensinar

aspectos dessa convenção sempre foi uma atividade pedagógica complexa e rica, principalmente se considerarmos os reflexos dessa questão na sala de aula. Ao tentarem compreender a convenção, as crianças vão mostrando suas hipóteses não convencionais sobre a escrita e o professor deve dominar a convenção, que é objeto de ensino da escola, para criar situações que promovam a reflexão sobre o seu uso.

Mas sabemos que a língua é muito mais que ortografia. E as variações entre os falantes do português, dentro de um mesmo país e entre países de mais de um continente, continuarão a nos trazer desafios e a mostrar dinamicidade e pluralidade. Por isso, discutir a necessidade de regulação da língua escrita e suas novas regras, determinadas por convenções de países que falam o mesmo idioma, amplia o debate sobre as diferenças entre a fala e a escrita. Para falar da variação linguística, o *Letra A* entrevista quem entende do assunto. Stella Maris Bortoni-Ricardo, doutora em linguística pela Universidade de Lancaster, no Reino Unido e professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, tem se dedicado a pesquisas no campo da sociolinguística sobre os modos de falar dos brasileiros. Entre os seus trabalhos, destacamos os livros *Educação em língua materna – Sociolinguística na sala de aula* e *Nós chegemos na escola, e agora?* Na entrevista ao *Letra A*, ela discute os principais aspectos da variação na língua portuguesa, o preconceito diante dos diferentes modos de falar e sugere formas de trabalhar com a questão da variação linguística na sala de aula.

Boa leitura!
Isabel Frade e Zélia Versiani

NOVO PORTAL DO CEALE

O Portal Educativo Ceale está de cara nova! Com um *layout* mais moderno que facilita a navegação do internauta, o *site* traz matérias especiais sobre educação, além de entrevistas e colunas com pesquisadores e professores. O portal oferece ainda informações sobre todas as publicações do Ceale e sobre os projetos de pesquisa e ação educacional desenvolvidos pela equipe. O novo endereço de acesso é www.ceale.fae.ufmg.br

COLABORE COM O LETRA A

Envie suas críticas e comentários à equipe do jornal. Sugestões de temas para as matérias e de projetos interessantes na alfabetização também são bem-vindas. Escreva para letra.a@fae.ufmg.br ou Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – Faculdade de Educação da UFMG – Avenida Antônio Carlos, 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte - MG, CEP: 31270-901.

A sua colaboração é muito importante para o *Letra A*. Participe!

EXPEDIENTE

Reitor da UFMG: Ronaldo Tadeu Pena | Vice-reitor da UFMG: Heloisa Maria Murgel Starling | Pró-reitora de Extensão: Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben | Pró-reitora adjunta de Extensão: Paula Cembraia de Mendonça Vianna
Diretora da FaE: Antônia Vitória Soares Aranha | Vice-diretor da FaE: Orlando Gomes de Aguiar Junior | Diretora do Ceale: Francisca Izabel Pereira Maciel | Vice-diretora do Ceale: Maria Lúcia Castanheira
Editoras Pedagógicas: Zélia Versiani e Isabel Frade | Editora de Jornalismo: Fernanda Santos (13409/MG) | Projeto Gráfico: Marco Severo | Diagramação: Alice Barreto e Cristiano S. Magalhães | Reportagem: Andrea Souza, Juliana Afonso, Natália Becattini e Sulamara Moreira
Revisão: Heliana Maria Brina Brandão

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31 270 901 Belo Horizonte - MG Telefones (31) 3409 6211/ 3409 5334 Fax: (31) 3409 5335 - www.ceale.fae.ufmg.br



Como definir a idade de entrada no ensino fundamental de 9 anos?



Foto: Acervo pessoal



Ildo Bombardelli é secretário de educação do município de Toledo (PR).

Ao tomar conhecimento da obrigatoriedade da matrícula aos 6 anos de idade, Toledo, um dos oito municípios do Paraná com Sistema Municipal de Ensino organizado, constituiu uma Comissão Mista, com participação de diversos setores, para levar ao Conselho Municipal de Educação (CME) as conclusões sobre as implicações da nova legislação na educação escolar. O relatório com os resultados desses estudos foi encaminhado ao CME/Toledo e, depois de analisado, foi traduzido em normas

para a implantação da matrícula obrigatória aos 6 anos, no Sistema Municipal de Ensino local. A Deliberação mantinha, como anteriormente, o "corte etário": matrícula no 1º ano das crianças que completassem 6 anos até 1º de março.

No entanto, o município e o CME, assim como todo o estado do Paraná, foram surpreendidos por uma liminar da ação civil pública, requerida pelo Ministério Público do Paraná, determinando que todas as crianças que completam 6 anos durante o ano letivo têm o direito de ingresso no 1º ano. Novas normas tiveram que ser definidas pelo CME com o objetivo de atender às determinações judiciais.

Com a implantação dessa nova medida, surgem questões que desafiam pais e educadores. O trabalho coordenado pela Secretaria Municipal da Educação e pelo CME de Toledo procurou dar o enfoque adequado para que o processo ensino-aprendizagem ocorresse da melhor forma possível.

Buscou-se, então, adequar o atendimento pedagógico e as propostas metodológicas às novas condições. O intenso trabalho de formação continuada desenvolvido com todos os servidores da educação teve, no primeiro ano, resultados animadores em termos de aprendizagem.

Apesar dos problemas, os trabalhos da Secretaria da Educação e do CME de Toledo resultaram em propostas adequadas para o atendimento das crianças. A prática, por ser recente, deve ser observada e avaliada com atenção. O ponto positivo dessa história é a participação e o envolvimento de todos na discussão sobre o processo educacional.



Foto: Acervo pessoal



Maria Jorani Silva Souza é secretária de educação do município de Catu (BA).

Desde 2008, Catu (BA) vem seguindo o Parecer nº 18/2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação que estabelece que o futuro aluno tenha 6 anos completos ou que faça aniversário no mês de início das aulas. Para a implantação dessa medida, o município vem estudando, juntamente com a comissão de implantação e representantes dos vários segmentos escolares, o documento do MEC, que contém textos de orientação pedagógica e artigos com uma defesa conceitual sobre a infância de hoje e diversos outros temas.

Quando adotamos essa data de corte (30/03), levamos em conta que algumas especificidades relativas à infância precisam ser respeitadas, haja vista que, se não adotássemos essa medida, iríamos receber, num mesmo espaço, crianças com diferentes graus de interesse e maturidade. Com isso, além de assegurar o desenvolvimento cognitivo da criança, ela passa a conviver mais cedo com outras da mesma idade, favorecendo que, no processo de conhecimento, compartilhem, de modo mais equilibrado, suas potencialidades, sua percepção e domínio de informações. Além disso, em termos organizacionais, todas as escolas possuirão parâmetros comuns.

Entendemos que são três os fatores fundamentais para garantir o sucesso dessa passagem: adequação da estrutura física, formação dos professores que vão assumir as turmas de 6 anos e montagem de uma proposta pedagógica clara e consistente. Isso envolve questões de ordem pedagógica, como rever currículos, formar professores, reformular os espaços físicos e adaptar os sistemas de avaliação.

Acreditamos que a educação brasileira só tem a ganhar com o Ensino Fundamental de 9 anos. Essa mudança veio para qualificar a educação, por permitir que as crianças, por ingressarem aos 6 anos no ensino fundamental, permaneçam na escola por mais tempo e tenham mais oportunidades socio-culturais pelo convívio com maior número de pessoas. Ao se estender o tempo de estudo, consequentemente, amplia-se as possibilidades de aquisição de conhecimentos.

dicionário da alfabetização

Convenções ortográficas

O alfabeto é uma das mais notáveis invenções do homem. Sua história, que remonta aos antigos pictogramas e à escrita ideográfica, tem início no Egito, no terceiro milênio a.C. Do alfabeto egípcio formaram-se as letras do alfabeto fenício e, deste, as do alfabeto grego, do qual nasceu o abecedário latino empregado até hoje.

O uso das letras é regulado por convenção que, a despeito da mobilidade e da capacidade de mudanças da língua, pretende ser duradoura. As alterações fonéticas da oralidade aos poucos se refletem na escrita ocasionando alterações gráficas.

O homem primeiro aprende a falar, depois a escrever. Primeiro aprende os sons e sua articulação, depois, representa-os graficamente. Essa relação entre oralidade e escrita,

entre o signo sonoro e o gráfico, é objeto de uma convenção chamada ortográfica que, uma vez instituída, supõe que para se escrever corretamente (*orthós* = correto; *graphein* = escrever) deve-se relacionar tal letra com tal som.

A aprendizagem da escrita, que ocupa todo o período escolar, chama-se, em razão do objeto do conhecimento adquirido, alfabetização e, embora seja um processo global, não pode ser dissociada da aprendizagem das letras e do uso delas. Não há, então, como negar a necessidade de um acordo para a adequada grafia das palavras.

A escrita do português tem origem na escrita latina e se formou no correr de muitos séculos. Até recentemente, era informal e variável. Porém muita coisa mudou após a publicação de Ortografia Nacional de Gonçalves Viana, em

1904, quando se iniciou um grande debate de benéficas consequências. Então, a questão ortográfica tornou-se uma questão nacional.

No Brasil, a lei ortográfica mais antiga é de 1911, mas até 2008 prevaleceu o sistema do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, organizado pela Academia Brasileira de Letras em 1943, tornado oficial pela Lei 2.623/1955 e alterado pela Lei 5.765 de 18 de dezembro de 1971.

Hoje, o país tem uma nova ortografia. Trata-se do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado por representantes dos países lusófonos em dezembro de 1990, aprovado pelo Decreto 54 de 18 de abril de 1995 e tornado obrigatório, a partir de janeiro de 2009, pelo Decreto 6.583 de 29 de setembro de 2008.



Johnny José Mafra é doutor em Letras Literaturas Latinas pela UFMG e professor da PUC Minas



Pais e filhos

Escola e família juntas pela alfabetização das crianças (JULIANA AFONSO)

Na Escola Municipal Maria Cecília de Araújo Valle, em Vespasiano (MG), os alunos do 1º ciclo sempre gostaram de ler. "A escola desenvolvia vários projetos de leitura e o interesse dos alunos só aumentava", conta a professora alfabetizadora, Dieny Alves Moreira. Em uma reunião escolar, os pais pediram que ela criasse um projeto do qual eles pudessem participar. O interesse dos alunos aliado ao dos pais deu origem ao projeto Pequenos Contadores de História.

Os objetivos do projeto eram estimular o hábito e o prazer de ler e contar histórias, desenvolver a imaginação e a criatividade, além de praticar variadas técnicas de arte. Após a seleção dos livros pela professora, cada aluno escolhia o que mais lhe interessava. "Os gêneros mais escolhidos eram a fábula e os livros de historinha", lembra Dieny. A leitura e interpretação dos textos envolviam atividades entre os pais e as crianças, como contação

da história na sala, produção de cartazes sobre o livro e confecção do personagem preferido. Os pais participavam com seus filhos, ajudando na interpretação do texto e nos trabalhos artísticos. A última atividade era a apresentação do trabalho na sala de aula. "Tiveram trabalhos muito bons. Entre os 30 alunos, apenas um não apresentou."

Segundo a professora, o avanço das crianças a partir do Pequenos Contadores de História foi facilmente percebido. "Na turma tinha alunos que liam bem e outros que não liam nada. Com esse projeto melhorou muito a leitura, a escrita e a ortografia", conta. Ela lembra também que, hoje, as crianças têm prazer em ler e, principalmente, em ler para o outro.

O projeto foi desenvolvido em junho de 2007 e durou dois meses. Para fechar os trabalhos, as crianças receberam um diploma com foto, entregue no dia da reunião de pais.

Clássicos contemporâneos

Projeto integra livros e realidade social (JULIANA AFONSO)

Desigualdades sociais, Hip Hop e *O Corcunda de Notre Dame*. Temas, a princípio, bem diferentes, se juntaram em mais um dos trabalhos de leitura e alfabetização desenvolvidos pela Escola Municipal Elisa Buzelin, em Belo Horizonte (MG), dentro do Projeto Criança. Promovido pelo Instituto Algar de Responsabilidade Social, o trabalho prevê a formação de professores e o compartilhamento de técnicas de educação para melhorar a qualidade da leitura e da escrita do aluno.

A diretora da escola, Adeilde Peres, conta que a instituição foi convidada a integrar o projeto em 2004. "Duas professoras participaram da formação. Quando voltaram explicaram tudo para os outros professores e funcionários e colocamos em prática", lembra. No início, houve algumas dificuldades, como a falta de tempo e de espaço na escola para realizar as atividades e a resistência de alguns professores no desenvolvimento do projeto. Com o tempo, porém, todos se envolveram.

O projeto é dividido em três atividades que ocorrem durante todo o ano. No Clube de Leitura, os alunos se reúnem uma vez por semana em pequenos grupos e leem o que querem durante 30 ou 40 minutos. Cada turma tem seu dia e horário. O Diário de Bordo é um caderno em que cada aluno

registra suas impressões sobre as atividades escolares. Já as aulas de Arte e Educação trabalham com atividades teatrais e artesanais, promovendo a interpretação dos livros e a confecção de objetos, como máscaras e roupas.

Além dessas três atividades, há sempre uma sequência de ações envolvendo a leitura de um clássico. No trabalho com o livro *O Corcunda de Notre Dame*, por exemplo, o personagem principal da obra foi relacionado às pessoas que vivem nas periferias e ao movimento Hip Hop. "O corcunda é essa pessoa sem pátria, um renegado, como os moradores de periferia. Eles querem protestar sobre alguma coisa e se utilizam do Hip Hop", explica a diretora. A primeira ação foi conhecer o movimento. Para isso, os alunos realizaram pesquisas, debates e aprenderam danças típicas. Só depois eles começaram a ler a obra. "As atividades realizadas não são um fim em si mesmas. O motivo é sempre a melhor compreensão do livro", afirma.

São lidos pelo menos quatro livros por ano e cada trabalho dura em média dois meses. Adeilde Peres conta que o avanço dos alunos pode ser percebido pelo desempenho em avaliações internas e externas, como a Prova Brasil e o Avalia BH, além, claro, do envolvimento com as atividades. "Os alunos adoram o projeto!"

"Ô de casa!"

Visitas aproximam pais, alunos e professores

(JULIANA AFONSO)

Onde vivem os alunos? Com quem? Em que condições? São essas informações importantes que os professores da Escola Municipal Guia Lopes, em São Roque de Minas (MG), buscam todos os anos, no início do período letivo, quando os estudantes são visitados pelos professores que irão acompanhá-los durante o ano. "É uma parceria entre a escola e a família dos alunos", afirma a secretária municipal de Educação, Vera Lúcia Santos, idealizadora da proposta que ocorre desde 2004. "A ideia surgiu da importância de sensibilização dos professores sobre a vida dos estudantes", conta. E esse é o objetivo principal da visita às casas de cada um dos alunos das 25 turmas da escola, do 1º período ao 5º ano do ensino fundamental: fazer com que o educador conheça a realidade em que cada aluno vive.

A secretária diz que, a partir desse conhecimento, o professor pode trabalhar com o estudante de uma forma diferente. Ao visitar a família de um aluno com dificuldade de aprendizagem, por exemplo, o professor pode descobrir problemas de diferentes naturezas que ajudam a compreender essas dificuldades. Nesse caso, ao invés de ser mais rígido com essa criança, ele pode ter mais paciência e, se necessário, encaminhá-la para o reforço escolar, oferecido gratuitamente pela escola. Já os alunos com problemas de comportamento são conduzidos para o psicólogo. "O conhecimento da vida familiar das crianças pode resultar em um tratamento diferenciado que tenha também mais a ver com a realidade que ela enfrenta", explica.

Vera Lúcia conta que as visitas melhoraram a relação entre professor e aluno. O trabalho em sala de aula ficou mais fácil, pois o professor percebe melhor a causa de certas atitudes dos estudantes. O aluno, por sua vez, se sente mais importante, honrado com a visita e se esforça mais na escola. Além disso, os pais se sentem mais incluídos no processo de escolarização dos filhos.



Brincadeira sem graça

Muitas vezes tratado como ato inocente, o *bullying*, presente na maioria das escolas, pode deixar marcas profundas nas crianças (NATÁLIA BECATTINI)

Desde a pré-escola, Daniele Vuoto, hoje com 22 anos, saía em defesa de colegas que sofressem agressões dos outros. Quando cursava a 3ª série do ensino fundamental, no entanto, seu senso de justiça virou-se contra ela mesma. "Por ser amiga das vítimas, acabei me tornando uma. Os motivos das ofensas eram banais: ser muito branca, muito loira, as notas altas e, mais tarde, até a minha tendinite virou piada também", conta. As agressões continuaram durante toda a sua vida escolar e resultaram em forte depressão e abandono da escola.

Na época, Daniele não sabia o nome da implicância sistemática contra ela: *bullying*. Derivado da palavra inglesa *bully*, que quer dizer valentão, o termo é usado para designar todos os comportamentos agressivos praticados de forma repetida e gratuita contra uma pessoa ou um grupo de pessoas. No ambiente escolar, é difícil encontrar alguém que nunca tenha presenciado situações semelhantes às vividas por Daniele: aquele gordinho apelidado de "rolha de poço", a garota tímida da primeira fila que acaba excluída das brincadeiras por ser "puxa saco" e "CDF", o aluno que é alvo de risadas por ter tirado notas baixas.

Os apelidos, piadas e empurrões passam longe de ser apenas brincadeira de criança. De acordo com o ortopediatra e membro do Departamento Científico de Segurança da Criança e do Adolescente, Aramis Lopes Neto, esse tipo de comportamento causa uma angústia intensa na vítima e pode deixar marcas na formação da personalidade de quem passa por isso, como insegurança e baixa auto-estima. "A criança que sofre *bullying* pode vir a ter dificuldades de relacionamento social

e de desenvolvimento profissional quando adulta. A ansiedade gerada por esse tipo de situação pode se transformar em problemas de saúde e, até mesmo, propiciar pensamentos suicidas."

Mas as consequências do *bullying* não atingem só as vítimas. Ainda segundo o ortopediatra, os agressores, muitas vezes, podem vir de famílias violentas e com uma relação pouco afetiva ou, ainda, ter recebido uma "educação onde não há limites". Quando adultos, eles podem ter dificuldades para se impor sem agressividade. Já as testemunhas, muitas vezes, adotam um comportamento omissivo com medo de acabarem, elas também, se tornando vítimas do *bullying*, por tentarem ajudar os colegas.

De acordo com a socióloga Miriam Abramovay, os alunos reproduzem na escola o que vivenciam e aprendem na sociedade. "O problema é que esse é um espaço onde não deveria acontecer esse tipo de coisa. A escola precisa revalorizar, rediscutir as relações sociais." No entanto, a falta de diálogo dificulta a identificação do problema: "Muitas vezes, nem professores, nem diretores sabem que os alunos se tratam dessa forma", explica.

Para ela, a ausência de uma política de convivência escolar pode provocar nos alunos um sentimento de abandono e de descrença na educação: "A escola é a instituição social mais importante para as crianças, porque, em princípio, todos passam por ali. A sensação de descaso, de que ela não dá conta de resolver essas questões, abala a crença na escola e nas demais instituições."

Dialogar, discutir e conviver

Casos de *bullying* já foram registrados em diferentes culturas, entre crianças de todos os segmentos sociais e de todas as faixas etárias. "A partir dos três anos, já é possível identificar atos agressivos feitos de forma intencional entre crianças que estão em uma creche", afirma Aramis Lopes Neto. "O *bullying* sempre existiu e sempre vai existir. O que se pode fazer é ter um controle, uma redução."

Para que isso ocorra, ele recomenda que as escolas promovam discussões em sala de aula e nos outros espaços de convívio. Atividades artísticas, eventos que propiciem uma convivência positiva e reuniões com os pais podem ser um bom começo. "Os professores, alunos, responsáveis e demais funcionários devem ser informados ao máximo sobre o assunto. É preciso deixar claro que esse comportamento não será mais tolerado."

Outra medida importante é assegurar aos alunos o apoio da escola, caso problemas como esse passem a incomodá-los. Muitas crianças têm grande dificuldade em revelar esse sofrimento, seja por vergonha, por não ter ajuda dos colegas ou até por receberem possíveis críticas de adultos, tanto dos professores quanto dos pais. "É preciso lembrar que o bom desempenho na escola não se prende apenas às notas, ao boletim. Passa também por um desenvolvimento social da criança", adverte o especialista.

ENTRE MENINOS E MENINAS

Tanto meninos quanto meninas podem

ser vítimas ou autores de *bullying*. No

entanto, existem diferenças nos tipos de

agressões praticadas por cada sexo.

No caso dos meninos, empurrões e outros

tipos de violência física, piadas e exclusão

da vítima das brincadeiras são os atos

mais comuns. Já entre meninas, a agressão

é mais sutil, mais difícil de perceber.

"Muitas vezes, a menina que sofre de

bullying não é desintegrada ao grupo, ela

só é difamada lá dentro. É comum tam-

bém que não a convidem para festinhas

ou para se sentar com as demais", explica

Aramis Lopes Neto.



Comunicar e Educar

Mais que puro entretenimento, a mídia pode ser importante ferramenta pedagógica em sala de aula. (NATÁLIA BECATTINI)

FAÇA VOCÊ MESMO

Montar um estúdio de rádio é fácil e barato. Basta conseguir uma mesa de som, um amplificador, um computador, microfones e algumas caixinhas de som para espalhar pela escola. Quem já trabalha em projetos do tipo também recomenda que se tenha um profissional com conhecimento de linguagem jornalística e de rádio, para que os alunos aprendam sobre o funcionamento de uma rádio de verdade. Além disso, o projeto não exige muito espaço físico: o estúdio construído na Escola Municipal Aurélio Pires, por exemplo, tem uma área de apenas 2m².

É preciso também o isolamento acústico do local: "decidimos usar material reciclado, em parceria com a oficina de educação ambiental. Caixas de ovos são excelentes isoladores acústicos", conta Sandra Marques. "Dessa forma envolvemos as crianças no processo. Elas ficaram empolgadas e trouxeram o material de casa".

"Entra no ar a rádio EMAP. Operando em circuito interno. Escola Municipal Aurélio Pires. Belo Horizonte, Minas Gerais. Rádio EMAP, integrando educação, cultura e entretenimento. Rádio EMAP a rádio que educa". Ao som dessas palavras, entra no ar, todos os dias, na hora do almoço, a rádio produzida pelos alunos da Escola Municipal Aurélio Pires, em Belo Horizonte (MG).

A ideia de implantar uma rádio na escola surgiu no início do ano letivo de 2008. A então coordenadora do programa Escola Integrada, Renata Dal Ferro, convidou a jornalista Sandra Marques para ajudá-la no projeto. "Antes de começarmos a produzir, dei uma oficina para os alunos. Expliquei o que é rádio, quais os tipos existentes, a diferença entre rádio comunitária, comercial e rádio escola", conta Sandra Marques. "Muitos deles não tinham noção da diferença. Rádio era apenas o que eles escutavam lá fora."

Aos poucos, alunos e professores aderiram ao projeto e a Rádio EMAP tomou forma. A programação inclui programas musicais, esportivos,

culturais, científicos e ecológicos. "As possibilidades são ilimitadas. Você quer ensinar a reforma ortográfica, é só discutir com os alunos e ver qual a melhor forma de gravar", afirma a jornalista. "Basta escrever um texto numa linguagem fácil, de modo que as crianças possam entender e que não fique uma coisa muito didática. A intenção é fazer com que eles tenham mais uma ferramenta para aprender, unir educação e entretenimento."

Transmissão de cidadania

Um projeto semelhante é o Rádio Educativo, idealizado pelo professor do curso de Comunicação Social da UFMG, Fábio Martins. O trabalho começou quando, em 2003, foi instalado um estúdio na Escola Estadual Glória Marques Diniz, na periferia de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte. "Ensinamos o fazer radiofônico e promovemos discussões sobre os problemas da escola, da comunidade, além de temas relacionados às matérias curriculares que os alunos estão estudando", conta Fábio Martins.

Em 2008, o projeto foi apresentado à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, que decidiu expandi-lo para outras escolas. Ao todo, serão 14 instituições beneficiadas, já em 2009. Para o professor, utilizar o rádio como ferramenta pedagógica é interessante porque envolve as crianças no processo de produção e é capaz até mesmo de mudar um padrão de comportamento. "O rádio é um auxiliar da aula tradicional, um elemento motivador", explica. "Os alunos se mobilizam em torno da produção e isso faz com que eles melhorem o nível da linguagem, do português e da redação."

Para Fábio Martins, mais que ajudar a fixar os conteúdos vistos em sala de aula, a rádio escola é um excelente multiplicador de noções de cidadania, como a conscientização de alunos e comunidades sobre questões ecológicas, violência e consumo de drogas, por exemplo. "A gente faz programas que abordam esses grandes temas que envolvem as crianças e que preocupam não só a escola, mas a comunidade e os professores."



Uma nova forma de ensinar

Esses projetos são exemplos de uma nova proposta pedagógica, a educomunicação. De acordo com a educadora e coordenadora do projeto de educomunicação da organização não governamental Oficina de Imagens, Paula Kimo, esse é um campo de convergência entre mídia e educação que surgiu de um processo de experimentação iniciado na década de 80. Alguns profissionais da comunicação que trabalhavam dentro das universidades sentiam-se incomodados com o tratamento que a mídia dava para o assunto e com a forma de controle dos meios de comunicação pela sociedade. "Essa é uma nova forma de pensar o espaço da comunicação no dia a dia. A mídia passa na nossa frente o tempo todo, recebemos cada vez mais informação. É importante que os pais e as escolas

estejam atentos para a presença dessa informação na vida e na formação de crianças e adolescentes", explica.

Não é apenas o rádio que pode ser usado dentro da escola, qualquer tipo de mídia pode se tornar uma ferramenta valiosa se bem aproveitada: audiovisual, jornais murais, cartazes, *outdoors*. Para Paula Kimo, uma das vantagens dessa proposta é o grande potencial de interdisciplinaridade: "Trabalhando fotografia, podemos abordar conceitos de física e de geografia espacial. Ao entrar em um laboratório de revelação, você trabalha com química. Na história da fotografia, você entra na história das Belas Artes. Existe um encontro de conteúdos e temas que é interessante".

Outro benefício que o trabalho com produção de mídia

em sala de aula pode trazer é a formação de espectadores mais críticos quanto à informação que chega até eles. Ao começar a produzir a própria informação, os alunos desenvolvem um outro olhar sobre o que assistem, leem e escutam. Paula Kimo acredita ainda que a apropriação dos meios de comunicação pelos alunos transforma-os em protagonistas, tirando-os do lugar de meros receptores. Isso permite que eles desenvolvam modos de expressar ideias, questionar assuntos e interpretar temas. "De certa forma, trazendo a comunicação ao encontro da educação, a gente consegue tornar alguns temas mais atrativos, porque são linguagens que estão dialogando com o cotidiano da moçada", avalia.

Leitura para todos

Livros literários com formatos acessíveis a crianças cegas são boas alternativas para professores que desejam pôr em prática um trabalho pedagógico inclusivo (ANDREA SOUZA)

Um livro que pode ser lido pelos olhos e pelas mãos. Movida pelo amor à escrita e pelas limitações que a baixa visão lhe impôs desde criança, a escritora mineira Elizete Lisboa é autora de livros infantis, por ela chamados de “duas escritas”. Confeccionados em braille e com letras convencionais do alfabeto, as obras trazem histórias sobre o mundo imaginário de animais e bruxos. Foi o formato acessível de seus livros que permitiu que Laura, 9 anos, e Mateus, 10 anos, dois irmãos de Belo Horizonte (MG), pudessem ler juntos as aventuras escritas por Elizete. Enquanto Mateus, cego congênito, acompanha os pontinhos em alto relevo, Laura corre os olhos sobre as letras impressas em tinta.

O Censo da Educação Básica 2008 mostra que a realidade da educação inclusiva tem apresentado avanços. Os dados da pesquisa indicam que o número de instituições de ensino regular que atendem, ao mesmo tempo, alunos com ou sem deficiência superou a quantidade de escolas especiais.

No entanto, apesar de ser cada vez maior a procura por livros em formatos acessíveis a crianças com deficiência visual, a publicação desse tipo de material ainda é restrita. Segundo Elizete Lisboa, não é fácil encontrar editoras interessadas em produzir obras que atendam a leitores videntes e não videntes ao mesmo tempo, já que ainda há dúvidas em relação ao retorno financeiro desse mercado consumidor. “São poucos os livros disponíveis nesse formato. Quando você busca qualidade, é ainda mais difícil encontrar esse tipo de obra.”

Para tocar, ler e ouvir

Autora de cinco livros infantis, Elizete Lisboa conta que uma de suas maiores preocupações é despertar nas crianças o prazer pela leitura. Para isso, ela busca

uma escrita literária, que chame a atenção delas. “Minha função é ajudar a formar leitores, e acho que isso acontece a partir das experiências positivas que a criança vai ter com os livros. Por isso, a história tem que ser divertida, as pessoas têm que ter vontade de ouvir outra vez.” Para atrair ainda mais os sentidos do público mirim, suas obras apresentam belas imagens misturando os traços em tinta aos pontinhos em alto-relevo.

Atuando no mesmo ramo dos formatos acessíveis a pessoas com deficiência, a escritora e jornalista Gisele Pecchio procura alcançar um número cada vez maior de leitores e, para isso, disponibiliza seus livros em áudio, braille e tinta. A Coleção Toby, lançada em 2003, é publicada pelo Instituto de Cegos Padre Chico, localizado na cidade de São Paulo (SP). O terceiro e último livro publicado, *Uma aventura na Amazônia – Raycha*, acaba de ser lançado. A obra contou com o suporte do geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber, que também se transformou em personagem da história.

Ao abordar a temática ambiental, Gisele procura, junto com seu protagonista, o cachorro Toby, transportar as crianças para as paisagens da Mata Atlântica, local onde o animal vive suas aventuras. A partir de uma linguagem descritiva e cuidadosa, a autora busca estimular a imaginação das crianças, principalmente daquelas com deficiência visual. “Procuro descrever os cenários, dar o entendimento das cores, dos cheiros, dos lugares. Apenas fazer pontilhados para representar uma manga, por exemplo, não é a mesma coisa que escrever o texto e provocar sensações por meio das palavras”, avalia. Dessa forma, um livro que utiliza mais de uma linguagem para registro, também passa a contemplar, na própria textualidade, pistas para que se possa imaginar objetos e sensações representados.

Dentro e fora da sala de aula

Rótulos, placas e letreiros. Para ter contato com o mundo da escrita, basta abrir os olhos. No entanto, como ficam as crianças cegas nesse meio? Alfabetizadora de braille e cega, Maria da Conceição Dias Magalhães diz que a falta de experiências com a escrita pode dificultar o aprendizado das crianças com deficiência visual. Por isso, é importante buscar alternativas que possibilitem o contato delas com elementos do seu cotidiano, como os números do elevador ou o simples cardápio de um restaurante.

A professora da Faculdade de Educação da UFMG e pesquisadora na área de educação inclusiva, Priscila Augusta

Lima, conta que, quanto mais os pais, professores e outros mediadores proporcionarem às crianças com deficiência visual diferentes vivências e interações, maior será o desenvolvimento delas. “É importante deixar a criança ir à biblioteca, à casa dos colegas para estudar, fazer grupos de estudo na escola, ir ao clube, ter vivências. A criança que fica restrita, fica comprometida. Ela precisa viver como as outras, sair e brincar.”

Os livros em formatos acessíveis aos cegos têm possibilitado a crianças videntes e não videntes uma rica troca de experiências em sala de aula. O professor pode fazer ativi-

dades de modo a estimular a participação oral de todos os alunos, inclusive dos que não enxergam. Convidar as crianças a discutirem as histórias ou a emitirem opiniões sobre o texto lido é uma forma de pôr em prática a capacidade de síntese e organização das palavras. “A oralidade precede a escrita, é algo importante de ser trabalhado. Assim, acredito que o aluno cego traz uma contribuição muito grande para a sala de aula. À medida que um colega está descrevendo figuras, desenhos, objetos e personagens, ele está oralizando, dando pistas, e isso é muito importante nas primeiras etapas da alfabetização”, pondera Maria da Conceição.



Reformas ortográficas

Desde que se tornou oficial, o português já passou por diversas mudanças ortográficas; além do cunho político, as reformas buscam, principalmente, simplificar o modo de escrever (SULAMARA MOREIRA)

No começo deste ano, entraram em vigor no Brasil as novas regras para a língua escrita estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado entre oito nações falantes do idioma, os chamados países lusófonos. O Acordo vinha sendo discutido desde 1986 e, agora, saiu do âmbito das negociações diplomáticas para ser colocado em prática. Contudo, essa não é a primeira vez que nossa língua passa por reformas ortográficas.

Em seus mais de 700 anos de existência como idioma oficial, a língua portuguesa mudou muito. O português, uma das línguas neolatinas, surgiu na porção ocidental da Península Ibérica, na região das antigas Galécia e Lusitânia, território que mais tarde formaria Portugal. O idioma começou a se formar a partir do latim trazido pelos soldados romanos desde o século III a.C. e sofreu influências dos dialetos falados pelos povos bárbaros (visigodos, vândalos, suevos, búrrios), que se instalaram na região aproximadamente no século V d.C. Tornou-se língua oficial por volta de 1290, quando foi criada a primeira universidade portuguesa, em Lisboa, período em que Portugal já era um reino independente.

Essa língua, entretanto, estava longe de ser igual à que falamos hoje. De lá para cá, o idioma se espalhou por diversas regiões do planeta e mudou muito nesse processo. Atualmente, a língua portuguesa é a quinta mais falada do mundo. Estima-se que cerca de 210 milhões de pessoas tenham o idioma como língua materna. Além de Portugal e do Brasil, outros cinco países africanos têm o português como única língua oficial: Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. A língua portuguesa ainda é um dos idiomas oficiais da Guiné Equatorial, também na África, do Timor-Leste e de Macau, ambos na Ásia. Com tantos falantes em lugares e culturas tão distintas é quase impossível que não existam diferenças no modo de falar o português. Segundo a doutora em estudos linguísticos, Maria Auxiliadora Leal, "qualquer idioma atende às necessidades do povo que o utiliza. A língua é uma entidade dinâmica e a mudança é intrínseca à sua essência."

De acordo com a professora de língua portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), Elis Cardoso, "apesar de o Acordo visar uma uniformização gráfica entre os países lusófonos, as principais diferenças entre as variantes da língua passam longe das questões ortográficas". Ela afirma que distinções gramaticais e, principalmente, semânticas continuarão a existir entre o português europeu, africano e brasileiro, haja vista que a língua e suas variações são regidas por aspectos culturais. Há ainda as diferenças fonéticas, que saltam aos ouvidos. "Todos continuarão a reconhecer o sotaque de um português e de um brasileiro", diz.

Em busca da unificação

Não é a primeira vez que se tenta unificar a ortografia da língua portuguesa nos países lusófonos. Os motivos fundamentais para que isso aconteça são políticos, principalmente relacionados ao intercâmbio de livros e documentos entre os falantes de português. O professor de linguística da Faculdade de Letras da UFMG, Luiz Francisco Dias, ressalta ainda que as tentativas de unificação buscam fortalecer o idioma. "O português passa a se afirmar como uma língua que une povos que têm uma história em comum. Esse fortalecimento se dá frente aos povos que falam outras línguas, o que facilita inclusive o ensino do idioma em grandes universidades estrangeiras."

Um dos primeiros movimentos no sentido de unificar a escrita da nossa língua começou em 1904, quando Gonçalves Viana, foneticista, filólogo e lexicólogo português, apresentou uma proposta de simplificação ortográfica. "Até o início do século passado, não havia nenhum código ortográfico da língua portuguesa, mas sim uma situação de anarquia", avalia a pós-doutora em linguística e professora da Faculdade de Letras da UFMG, Janice Marinho.

As regras sugeridas por Gonçalves Viana consistiam na supressão de todos os símbolos da etimologia grega: *th*, *ph*, *ch* (com som de *h*), *rh* e *y*; na redução das consoantes dobradas, com exceção de *ss* e *rr*; na eliminação das consoantes nulas, quando não influíssem na pronúncia da vogal anterior (caso do *c* em *fructo*, por exemplo) e na regularização do uso dos acentos gráficos (até então, não existiam regras bem definidas para acentuação). Esse tipo de escrita valorizava a questão fonética, o que facilitaria o aprendizado da língua. A reforma atual também visa a simplificação do idioma, daí a retirada das consoantes mudas, ainda usadas em Portugal, e do trema, utilizado no Brasil.

Em 1907, a Academia Brasileira de Letras preconizava soluções no sentido de simplificar nossa ortografia, como reduzir o número de casos em que determinado som era representado por duas letras. Foi nessa época que se passou a usar o *fe* não o *ph* para representar o som de *efe*, e assim a palavra *pharmácia*, por exemplo, passou a ser grafada *farmácia*. Em 1911, Portugal elaborou o primeiro conjunto de regras ortográficas para o idioma, mas elas não foram bem recebidas no Brasil. "Essa reforma foi pensada para o português de Portugal, estando implícito que sua aplicação seria automática e pacífica em todas as partes do mundo em que se falasse e escrevesse português, o que não ocorreu", afirma Janice Marinho.

da língua portuguesa

Nessa época, surgiu a consciência de que a questão ortográfica era um assunto a ser negociado. De lá para cá, muitas foram as discussões, principalmente entre Portugal e Brasil, na tentativa de adotar uma ortografia única (*ver box na página 10 e 11*).

Língua viva

Modificações na ortografia são ocorrências naturais, reflexos da evolução e modernização de um idioma. "Algumas mudanças acontecem para ratificar o que já vinha sendo verificado na prática. É o caso do retorno das letras *k*, *w* e *y* ao nosso alfabeto e da abolição do trema", comenta a professora Maria Auxiliadora Leal. Em reformas anteriores, essas letras foram abolidas, justamente por serem derivadas do latim e usadas somente em palavras de grafia etimológica (tipo de escrita mais arcaica que a fonética). "A palavra *tipografia*, por exemplo, era grafada *typographia*", lembra Elis Cardoso.

Entretanto, com a ascensão dos estrangeirismos, principalmente os provenientes do inglês, essas letras acabaram por fazer parte, também, do cotidiano dos falantes do português. A professora do curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Maria Flor de Maio, que trabalha com formação de professores, vê a reincorporação desses caracteres de maneira positiva. "Na fase inicial da alfabetização, a inclusão do *k*, *w* e *y* é interessante porque nós vemos crianças com nomes grafados com essas letras. Para uma aluna que se chama Kátia, por exemplo, ter essa letra no alfabeto é importante quando ela está aprendendo a ler", avalia.

No Brasil, podemos destacar três grandes reformas. A primeira aconteceu em 1943 e foi resultado de um acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Entre as principais mudanças, estavam a retirada das letras *k*, *w* e *y* do nosso alfabeto, a extinção das consoantes mudas e do uso de *sc* no início de palavras (*sciência* passou a ser *ciência*) e a definição das regras para o uso de letras maiúsculas. Apesar de participar da elaboração desse acordo, Portugal não colocou as novas regras em prática e seguiu um outro formulário ortográfico, desenvolvido em 1945, que, entre outras coisas, voltava com o uso das consoantes mudas.

Outra reforma de destaque em nossa ortografia ocorreu em 1971. A principal alteração empreendida na época foi a eliminação do acento

diferencial na maioria das palavras. Assim, *almôço* (substantivo) se tornou *almoço* (da mesma forma como o verbo *almoçar* é grafado na primeira pessoa do singular) e *êsse* passou a ser *esse* (o acento diferenciava o pronome do nome da letra *s*). Como o acento diferencial era responsável por 70% das diferenças entre a ortografia portuguesa e a brasileira, a reforma de 1971 aproximou bastante as duas variantes.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou em vigor este ano, é a terceira grande mudança pela qual passa nossa escrita. Mais uma vez, a busca é pela unificação do idioma, porém, segundo o professor Luiz Francisco Dias, agora, há um elemento novo: "o grande diferencial é que, desta vez, há uma maior determinação política para que ocorra a unificação."

As mudanças mais significativas trazidas pela nova ortografia são: a extinção do trema e do acento agudo nos ditongos abertos *ei* e *oi* em paroxítonas (*idéia* passa a ser *ideia* e *jibóia* vira *jiboia*, por exemplo). Além da exclusão do acento circunflexo de palavras com duplo *o* e duplo *e* (*vôo* se torna *voo* e *lêem* passa a ser *leem*) e da reinserção das letras *k*, *w* e *y* ao nosso alfabeto. Houve ainda alterações nas regras relativas ao uso do hífen.

Mudar é preciso?

As novas alterações ortográficas vão afetar Brasil e Portugal de maneiras diferentes. O país europeu vai ter uma parte maior do seu vocabulário modificada (*ver box na página 11*). Para chegar à configuração atual do acordo, foram necessários dezoito anos de discussões e negociações. Procurou-se respeitar as diferenças culturais, semânticas e de pronúncia existentes entre os países signatários. Por esse motivo, foi mantida a grafia dupla de algumas palavras como *acadêmico* (Brasil) correspondente a *académico* (Portugal) e *cômico* (Brasil) correspondente a *cómico* (Portugal).

Ainda assim, há algumas críticas. "O Acordo é inconveniente e vai mexer desnecessariamente com a vida e com o bolso das pessoas. Ele não é indispensável e, aliás, nem atinge a meta a que se propõe: unificar a língua portuguesa", critica o jornalista e escritor Armando dos Santos. Ele acredita que essa mudança será parcial e provisória, pois provavelmente serão necessárias outras modificações, mais completas, no futuro.



Já o professor Luiz Francisco Dias pondera que o Acordo visa maior integração entre os países de língua portuguesa e que a importância da mudança não está relacionada aos aspectos intrínsecos à língua. “Em termos linguísticos, não haveria necessidade do Acordo. A dimensão que sustenta as mudanças linguísticas não está na ordem das convenções de escrita, mas sim na ordem política.”

Ele acredita que as modificações serão benéficas também no que diz respeito às relações internacionais. “Além de favorecer a circulação de bens culturais entre os países de língua portuguesa, o Acordo permite uma padronização na ortografia de documentos oficiais elaborados nesse idioma”, afirma Luiz Francisco Dias.

Opinião semelhante tem a professora da USP Elis Cardoso. Ela reforça a importância do Acordo para o reconhecimento do bloco dos países que falam português por parte de organismos internacionais. “É bom ficar claro que por trás de toda e qualquer mudança ortográfica há sempre uma questão política. O fato de o português deixar de ser uma língua com duas ortografias oficiais faz com que possa ser idioma oficial na Unesco. Além disso, o fato de o Acordo ter sido amplamente divulgado pela mídia coloca o mundo lusófono em destaque, o que é muito positivo.”

O Acordo favorece ainda a expansão do mercado editorial dos países do bloco lusófono. De acordo com o assessor especial do MEC, Carlos Alberto Xavier, ainda há pouco intercâmbio de livros entre os países usuários de língua portuguesa e o novo acordo pode ajudar a mudar esse quadro. “O Brasil, recentemente, fez uma grande doação de livros infantis para Angola e eles não foram usados porque iam confundir a cabeça das crianças com uma literatura que usa uma ortografia que não é a que eles aprendem na escola.”

Mais simples do que parece

Com 78 anos, o jornalista e escritor Manoel Hygino dos Santos, membro da Academia Mineira de Letras, acredita que as pessoas mais velhas, já adaptadas às regras antigas, terão mais dificuldade para assimilar a nova forma de escrever o português. Com a experiência de quem já passou por outras reformas na ortografia, ele dá a dica: “como tudo na vida, tem que exercitar. Tem que usar, ler, escrever. A gente vai ter que se adaptar,

principalmente porque há mudanças em relação ao hífen, que sempre foi o calcanhar de Aquiles do português.”

Mas, se para quem escreve será preciso um período de adaptação às mudanças, quem ensina a escrever precisará se habituar mais rápido às novas regras. A professora de português Cláudia de Cunha, da Escola Estadual Maria Quitéria, em Castanheira (MT), conta que aproveitou o período das férias escolares para estudar o assunto. “Estou pensando uma forma de passar as mudanças de modo que os alunos realmente aprendam. Mas isso vai ser progressivo, vai ser passo a passo. Para nós, professores, também é difícil, porque o cérebro já está condicionado à grafia antiga. Eu estou procurando fazer muita leitura para me adaptar.”

Na Escola de Ensino Fundamental Coronel Antônio Honório, em Bom Jesus do Norte (ES), a coordenação está realizando um trabalho de capacitação dos professores. Segundo a diretora da escola, Sônia Silva, os profissionais ainda sentem alguma dificuldade por causa das modificações ortográficas. “Geralmente, toda mudança apavora. Então, vamos estimular nossos professores para que eles assimilem as novas regras.”

A professora Maria Flor de Maio acredita que o estudo é realmente a melhor forma para o profissional se atualizar. “Os professores vão ter, antes de tudo, que estudar. Ler o Acordo Ortográfico e buscar informações nos novos guias para se preparar para desenvolver um trabalho com seus alunos de forma competente.” Ela acredita que os alunos das séries iniciais vão ser os menos afetados, mas é importante que os alfabetizadores também estejam preparados para lidar com a nova ortografia. “Não há motivo de alarde. Os alunos que estão começando a ser alfabetizados já vão começar aprendendo as novas regras. É mais difícil para quem já está acostumado, mas a adaptação acontece gradualmente.”

Uma coisa interessante a se fazer em sala de aula é mostrar aos alunos que não é a primeira vez que ocorrem mudanças na ortografia do português e que é natural que sejam feitas algumas alterações na língua, pois isso faz parte da dinâmica do idioma. “O professor, na prática das atividades, precisa mostrar que há uma nova regra porque ela foi necessária. É importante levar essa discussão para a sala de aula. Aos poucos, as mudanças serão assimiladas”, ressalta Maria Flor de Maio.

A professora Maria Auxiliadora Leal também observa que não há motivo

A ORTOGRAFIA DO PORTUGUÊS AO LONGO DO TEMPO

Séc XVI ao séc. XX: escrita pautada na etimologia, ou seja, procurava-se a raiz latina ou grega para escrever as palavras.

1907: a Academia Brasileira de Letras começa a simplificar a escrita nas suas publicações através de uma ortografia mais fonética.

1911: primeira reforma ortográfica feita em Portugal na tentativa de uniformizar e simplificar a escrita. O Brasil não adota.

1915: a Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a nossa ortografia com a portuguesa.

1919: a Academia Brasileira de Letras revoga a resolução de 1915.

1931: aprovado o primeiro acordo ortográfico entre Brasil e Portugal, visando suprimir diferenças, unificar e simplificar a língua portuguesa. Portugal não seguiu.

1934: a nova Constituição Brasileira resgatou a ortografia de 1891 retornando a uma escrita etimológica (volta a ser usado, por exemplo, o *ph* no lugar do *f*).

1937: o Brasil volta a utilizar a ortografia de 1931.

1943: primeira Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal, na qual foi elaborado o Formulário Ortográfico de 1943.

1945: o Acordo Ortográfico tornou-se lei em Portugal, mas, no Brasil, não foi ratificado pelo governo. Os brasileiros continuaram a usar a ortografia de 1943.

para apreensão. Para ela, não é necessário um plano de aulas especial para as novas regras. Elas devem ser ensinadas gradualmente, à medida que as palavras que sofreram alterações forem demandadas em sala. "Não creio que os professores vão ter que reensinar a ortografia. É necessário apenas ensinar as novas mudanças que, aliás, são ínfimas, em termos de ensino. Os alunos aprenderão facilmente, sem nenhum problema."

Segundo Elis Cardoso, a adaptação virá com o tempo. "A escrita é artificial. Saber qual letra escolher na hora de escrever uma palavra é uma tarefa

que exige memorização, principalmente visual, e treino." Ela defende que é importante que os educadores se lembrem de que a língua vai muito além da ortografia, que é apenas uma convenção que sistematiza a forma de escrever as palavras. "O aprendizado da língua portuguesa envolve outras questões. O aluno deve entender o funcionamento da gramática principalmente pela leitura e compreensão de textos. Um texto bem redigido é aquele em que se apresentam ideias de forma clara e organizada. De que adianta um texto sem erros de ortografia, mas totalmente sem pé nem cabeça?"

UM PORTUGUÊS MAIS BRASILEIRO?

Segundo o MEC, as mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico vão alterar 0,8% do vocabulário do Brasil. Já em Portugal, essa alteração será em 1,3% das palavras. Por esse motivo, alguns críticos portugueses da reforma estão apontando para um possível "abrasileiramento" da língua portuguesa.

Em Portugal, a Assembleia da República, órgão responsável por aprovar as leis e as alterações na legislação portuguesa, está avaliando uma petição com milhares de assinaturas que visa suspender a implementação do Acordo no país. Segundo os signatários, a ortografia acordada e praticamente a que já estava em vigor no Brasil e está sendo implantada apenas para garantir interesses econômicos e editoriais brasileiros.

Para o professor da Faculdade de Letras da UFMG, Luiz Francisco Dias, a variante brasileira não vai imperar sobre os demais países. "A língua portuguesa falada no Brasil e aquela falada em Portugal continuarão com suas variações gramaticais, de pronúncia e de vocabulário, específicas de cada povo. O que ocorreu foi uma concentração maior de modificações em Portugal, tendo em vista a necessidade de unificação das convenções ortográficas."

»»» Acordo ou reforma?

Muita gente tem chamado o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de reforma ortográfica. O termo não está errado, apenas não é o mais adequado. "Quando se fala em acordo, subentende-se que todos concordaram com as mudanças e que elas ocorreram de forma absolutamente pacífica. Uma reforma ortográfica pode ocorrer em um único país, sem o aval dos demais", explica a professora Elis Cardoso.

O acordo atual demorou tanto a sair justamente pela dificuldade em conciliar os diferentes interesses dos países do bloco lusófono. A primeira tentativa foi em maio 1986. Nessa data, representantes dos países em questão se reuniram no Brasil e elaboraram um projeto de reforma que acabou não vingando por ser considerado radical demais.

O assunto só voltou a ser discutido em 1990, quando houve uma nova reunião, dessa vez em Lisboa, entre estudiosos da língua e representantes dos governos dos até então sete países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. "Desse encontro, surgiu um novo texto, bem menos problemático, que tinha dois grandes objetivos: fixar e delimitar as diferenças entre os falantes da língua e criar uma comunidade com uma unidade linguística, para ampliar seu prestígio internacional", diz Elis Cardoso.

Em seguida, o Acordo foi posto para ser aprovado pelas instâncias legislativas dos países signatários. O prazo que constava no texto para entrar em vigor era 1º de janeiro de 1994, no entanto, nessa data nenhuma das nações havia concluído o processo burocrático. Foi assinado, então, em 1998, em Cabo Verde, um Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que retirou do texto original a data limite.

Em 2004, de uma reunião em São Tomé e Príncipe resultou o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo, que inseriu o Timor Leste entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e decidiu que quando o texto fosse aprovado por três dos oito países o Acordo já passaria a valer. "A aprovação brasileira se deu em 2004. Em 2006, o texto foi ratificado por Cabo Verde e por São Tomé e Príncipe. Porém, como Portugal é a matriz da língua, os países aguardaram que o processo fosse concluído lá para colocar o Acordo em vigor", explica o professor Carlos Alberto Xavier.

O decreto do presidente Lula que promulgou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no Brasil foi assinado no fim de 2008 e as novas regras passaram a valer, em nosso país, desde 1º de janeiro de 2009.

1971: promulgadas alterações no Brasil, reduzindo as divergências ortográficas com Portugal.

1973: promulgadas alterações em Portugal, reduzindo as divergências ortográficas com o Brasil.

1975: a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa elaboram novo projeto de acordo que não foi aprovado oficialmente.

1986: encontro dos sete países de língua portuguesa. Foi apresentado um memorando sobre o Acordo Ortográfico.

1990: a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa elaboram a base do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que deveria entrar em vigor em 1994.

2004: assinado um protocolo modificativo determinando que o acordo só entraria em vigor quando três países o ratificassem. O legislativo brasileiro aprova o Acordo.

2006: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe aprovam o Acordo.

2008: Portugal aprova o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

2009: o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entra em vigor no Brasil com prazo de adaptação até 2012.

Várias formas de dizer a mesma coisa

Quando alguém escuta algo como “nós estuda perto de casa”, a reação é imediata: “o certo é ‘nós estudamos!’” Isso vale para gírias, conjugações, sotaques. Há sempre alguém pronto para corrigir o outro. Mas, afinal, existe uma forma correta de falar? Stella Maris Bortoni-Ricardo, professora de Linguística da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e um dos nomes mais importantes da Linguística no Brasil, defende que uma mesma coisa pode ser dita de maneiras diferentes, dependendo da situação. E é na escola que as pessoas devem aprender a discernir esses momentos. “É preciso que

o professor esteja alerta a essas diferenças e mostre aos alunos em que circunstâncias eles devem usar uma variante ou outra”. Doutora em Linguística pela Universidade de Lancaster, no Reino Unido, Stella Maris Bortoni aborda a questão em duas de suas principais publicações: *Educação em língua materna – Sociolinguística na sala de aula e Nós cheguem na escola, e agora?* Nesta entrevista, ela discute os principais aspectos da variação na língua portuguesa, o preconceito diante dos diferentes modos de falar e dá dicas sobre como lidar com a questão na sala de aula. (JULIANA AFONSO)

Como você define língua? A língua portuguesa é uma só ou são várias?

Para mim, a língua é, antes de tudo, um instrumento de identidade. Ela tem a função de marcar tanto a identidade individual como a de uma coletividade. Por exemplo, a língua portuguesa, além de nos identificar como brasileiros, também nos identifica com cidadãos de outros países que têm o português como língua oficial. Houve momentos na história dos estudos da linguagem em que se acreditava que a língua era uma manifestação única. Mas essa concepção ficou obsoleta. A língua portuguesa é uma só, mas tem diversas formas de se manifestar. Isso ficou bem claro, enquanto teoria, a partir do advento da sociolinguística, em meados do século passado, quando pesquisadores americanos mostraram as chamadas variedades que a língua assume. E essas variedades são múltiplas e de diversas naturezas.

Quais são as variedades linguísticas?

Uma delas é a regional. Uma pessoa de Belo Horizonte, por exemplo, fala com características muito típicas. Há também a variação que decorre da estratificação social. Em países como o nosso, a distribuição de renda é muito desigual. Isso resulta, principalmente, em desigualdades na escolarização. Brasileiros mais abonados acabam tendo também uma escolaridade melhor e isso se reflete na maneira de falar. Agora, o fator mais universal é o geográfico. Quando duas comunidades ou mais estão em contato permanente, elas tendem a adotar modos de falar semelhantes. Já comunidades separadas por montanhas ou pelo mar, têm modos de falar distintos. Isso acontece também com grupos separados por questões sociais. Aí, cada comunidade tem sua peculiaridade. Eu diria que, no caso brasileiro, os fatores mais importantes são de natureza sócio-econômica.

Essas diferenças sociais também explicam o fato de alguns modos de falar serem considerados superiores ou inferiores?

Sim. Ao longo da história de uma nação, certas variedades da língua são associadas a grupos sociais que detêm o poder e acabam por assumir maior importância. No Brasil, aquilo que se aproximava da língua falada em Portugal era de prestígio. Já o que se aproximava da grande massa de brasileiros, sem acesso à escolaridade e à vida urbana, era desvalorizado. E é assim até hoje. Aqui em Salvador, onde estou de férias, tenho conversado muito com crianças que vendem seriguela [fruta típica do cerrado]. Embora estudem e vivam em região próxima à capital, não percebi no repertório delas a flexão da 1ª pessoa do plural. Elas falam: “nós é de Simões Filho”, “nós mora lá”, “nós toma o ônibus pra vim pra cá”. Elas não se inserem em redes sociais em

que essa regra é categórica, como é, para você e para mim, o “nós moramos”, “nós fazemos”. O falar desses brasileiros acaba sendo discriminado. E há um entendimento equivocado de alguns professores e escolas de que não se deve falar de variação em sala de aula. Mas o professor tem que trabalhar a noção de que há várias maneiras de falar uma mesma coisa, que há momentos em que se deve usar uma ou outra forma.

A busca pela padronização da fala e da escrita do português é algo vantajoso?

A principal vantagem do trabalho com os modos de prestígio é habilitar o indivíduo para as práticas sociais que requerem esse domínio. Além disso, uma língua é um acervo cultural e, pelas nossas manifestações escritas e literárias, vamos enriquecendo nosso acervo. As desvantagens só se manifestam quando a língua é usada para discriminar pessoas, porque, ao cultivar somente o modo de prestígio, deixamos de cultivar as

diferenças e, conseqüentemente, há discriminação. Mas isso é perfeitamente evitável à medida que os jovens vão adquirindo os modos de falar e escrever prestigiados. A escola deve estar bem consciente do dever de ensinar esse modo de falar sem discriminar os outros, que têm também o seu papel, sua função, sua importância.

Podemos dizer então que qualquer maneira de se escrever e se falar o português está correta?

Do ponto de vista propriamente linguístico, a criança que diz "nós mora em Simões Filho" está usando uma estrutura que a língua portuguesa permite construir. Então, nesse caso, não há erro que possa ser caracterizado como não português. O que não se pode admitir é que essa diferença de linguagem seja um fator discriminatório. Mas não se pode falar que não existe erro: "deixa os alunos falarem como quiserem". Existem diferenças e elas atendem a muitas funções de comunicação. Eles podem falar como quiserem em momentos de descontração. E é na escola que se aprende que há momentos e interlocutores que exigem monitoração.

Você cita várias vezes a questão do preconceito com relação à fala dos alunos, principalmente, os mais pobres. Como o professor deve lidar com isso na sala de aula?

O professor deve ter consciência de que há diferenças nos modos de falar. Crianças do interior e de famílias com pais não alfabetizados vão falar diferente das crianças urbanas com pais letrados. A primeira atitude do professor deve ser de aceitação do aluno e de compreensão. Ele não pode rejeitar esse aluno porque ele fala de outra forma. Mas também não pode se omitir e deixar de mostrar que diferenças são essas. O professor deve mostrar àquele aluno que fala "nós mora em Betim", que há também outra maneira de dizer, que é "nós moramos em Betim". O aluno só vai aprender se o professor chamar sua atenção para essa diferença.

E quando o preconceito se direciona ao professor?

O professor consciente sabe que tem de se monitorar mais quando estiver em sala de aula, mas as diferenças próprias da sua origem regional, como o sotaque, precisam ser respeitadas. No caso de um professor que diga "a 'morrerte' de fulano" com o "r" retroflexo, típico da linguagem interiorana, se o aluno retrucar que "não é 'morrerte', é morte", o professor deve argumentar que há mais de uma forma de dizer aquela palavra e que as duas são aceitáveis. É essencial que ele aproveite esses momentos em que a língua se torna tema de reflexão para mostrar aos alunos que há diferenças usadas em função das circunstâncias e que é preciso aprender a conviver com elas.

No livro *Educação em língua materna - Sociolinguística na sala de aula*, você apresenta três parâmetros que interferem na fala: grau de dependência contextual, grau de complexidade do tema abordado e familiaridade com a tarefa comunicativa. O que são esses parâmetros?

Primeiro, o grau de dependência contextual. A comunicação face a face entre duas pessoas depende muito do apoio contextual para dar sentido à fala. Eu digo para você: "olha, aquele carro ali. Aquele



Foto: acervo pessoal

STELLA MARIS BORTONI - pesquisadora considera fundamental conviver bem com os diferentes modos de falar uma língua

outro, na frente do outro”, e estou apontando. O apoio contextual é próprio da fala que é construída em conjunto com o seu interlocutor. É o que não temos quando falamos ao telefone, por exemplo. Quando temos o apoio contextual, não precisamos escolher muito as palavras, pois o que não está claro na nossa fala acaba ficando claro quando apontamos e o contexto ajuda. O apoio contextual é um dos parâmetros que definem o grau de monitoração necessário ou não. A nossa fala é calibrada em função do nosso interlocutor. Quanto ao grau de complexidade: ao falarmos uma língua que não é a nossa, ao usarmos uma variedade mais monitorada que a do dia a dia ou, quando o assunto é complexo, vamos precisar de mais atenção, mais monitoramento. A tarefa comunicativa pode ser mais, ou menos, complexa em função do conhecimento que temos. Quanto mais comum for o tema, mais fácil falar. Por último, temos a familiaridade. No parâmetro anterior, falei da proximidade com o tema. Nesse parâmetro, a gente deve ressaltar, principalmente, a familiaridade com o gênero. Por exemplo, se a professora diz “hoje, vamos receber o prefeito. E quero que você, Júlio, elabore uma fala dando as boas vindas”. Isso não é fácil. Qual é a familiaridade que tem o pequeno Júlio com um discurso formal de boas vindas? Isso vale para as crianças e para qualquer um de nós.

A padronização da escrita pode influenciar a fala?

Pode sim. É interessante porque a gente sempre leu sobre a influência da fala na escrita, mas a escrita também tem influência na fala. Um exemplo: uso a variante “ontem, nós estava brincando” depois, lembro que o sujeito era o ‘nós’. Então, é a forma escrita que vai me levar a usar o “estávamos” na fala também. Isso é uma influência da imagem escrita: ela me ajudou a lembrar da variante mais formal dessa palavra. Se a pessoa domina os gêneros de escrita, por exemplo, o texto argumentativo ou o texto científico, isso também ajuda a construir seus textos orais. A língua escrita pode influenciar muito a língua oral, seja para diferenciar as palavras, seja para estruturar o discurso.

Então, podemos dizer que também há variação linguística nos textos escritos?

Há variação no texto escrito e ela depende, principalmente, do gênero. No próprio jornal, por exemplo, há diferença de estilo, de seção, como

editorial, coluna, horóscopo etc. Há variação sim, mas ela é muito menor que a do texto oral. A oralidade é o lugar por excelência de a gente variar.

"A gente não pode falar que erro não existe. Existem diferenças e essas diferenças atendem a muitas funções da comunicação."

É assim porque a fala é espontânea. Há falas muito planejadas, como a fala de políticos, mas o mais comum é a fala coconstruída e criada no momento. A variação não é um defeito que a língua tem, é um recurso que podemos usar para ajudar a passar nossa mensagem. E, na escrita, estamos mais limitados para usar essa variação do que na língua oral.

Como as formas digitais de comunicação, como chats e blogs podem influenciar a língua?

Temos uma manifestação muito especial na internet, pois a escrita que usamos nela é coloquial e tem muitos traços de oralidade. Por isso, quem a usa muito para se comunicar usa um código muito próprio, com abreviaturas. Ao invés de dizer “abraços” coloca “Abs” e pronto. Isso é uma forma de simplificar e tornar o diálogo mais ágil. A internet recuperou o nosso hábito de escrever para nos comunicarmos, mas imprimiu a essa escrita características muito específicas. Ela conferiu latitude de variação à escrita. O jovem sabe que, ao escrever para o avô ou ao diretor da escola, ele vai se monitorar. O que ele está aprendendo é que existem também várias formas de fazer isso. Existe a forma de escrever um trabalho ou uma prova e existe a forma de escrever um *e-mail* para o amigo. Nós tínhamos muita variação na forma de falar e pouca na forma de escrever. Essa é uma nova e interessante contribuição da internet.

O que representa o novo acordo ortográfico em relação à diversidade linguística dos países de língua portuguesa?

O acordo ortográfico em nada vai afetar a diversidade linguística. Como eu disse, a língua é um instrumento de afirmação identitária. Há muitas diferenças na pronúncia, por exemplo, entre Lisboa e Belo Horizonte. O acordo não irá afetar as peculiaridades na manifestação linguística de cada comunidade. Ele só diz respeito às normas ortográficas. A vantagem que ele tem é de tornar mais fácil o intercâmbio de material impresso nos oito países de língua portuguesa. Ao contrário do que alguns temem, não vai haver nenhuma pressão no sentido de os angolanos falarem de uma forma mais parecida com o falar dos brasileiros ou vice-versa.



Bullying

Odd Girl Out. USA, 2005, 84 min, Drama/Romance. 12 anos. Direção: Tom McLoughlin. Produção: Jaffe/Braunstein Films.

Filme baseado em livro com o mesmo título. Vanessa, personagem principal, fazia parte de um trio de amigas populares na escola. Mas um incidente a transforma no alvo predileto das colegas. Além de não poder mais sentar na mesma mesa do refeitório, logo se vê vítima de perseguições pela internet, com direito a um *site* específico para humilhá-la. A jovem também passou a receber mensagens de desconhecidos, contendo todo tipo de ofensas. O desespero de Vanessa resultou em uma tentativa de suicídio e muitas lágrimas.

www.nomorebullying.blig.com.br – Depois de sofrer com o *bullying* durante toda a sua vida escolar, Daniele Vuoto deu a volta por cima e virou militante na luta contra esse comportamento. No seu *blog No More Bullying*, ela coloca textos informativos sobre o tema, abre espaço para as pessoas expressarem suas angústias e dúvidas e faz campanha a favor de um trabalho preventivo nas escolas.

Entrevista

Educação em língua materna – A Sociolinguística na sala de aula. Stella Maris Bortoni-Ricardo. Parábola Editorial, 2004. Temas como ensino da língua portuguesa no Brasil e variação linguística dão a tônica desse livro da professora da UnB. Ao longo das 122 páginas da obra, a autora procura destacar a diversidade sociolinguística brasileira, revendo a dificuldade do acesso à cultura letrada e os principais preconceitos linguísticos na nossa sociedade. Dedicado principalmente a professores do ensino fundamental, o livro busca responder questões que aparecem no cotidiano escolar. Os textos são de fácil compreensão e apresentam sugestões de práticas, leituras e discussões que os professores podem propor dentro da sala de aula.

www.stellabortoni.com.br – Site oficial de Stella Maris Bortoni-Ricardo, pesquisadora, doutora e professora de Linguística da UnB. A página apresenta os livros da pesquisadora, traz artigos que ela escreveu e entrevistas com diversos especialistas do campo da educação, além de *links* para outros *sites* dessa área.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dicionário Escolar da Língua Portuguesa – Academia Brasileira de Letras. Ed. Nacional, 2008. Um bom material de consulta para quem ainda tem dúvida sobre a grafia das palavras depois da reforma ortográfica. A obra tem 1.312 páginas e traz 33 mil verbetes, textos sobre a história da ABL, um histórico da língua portuguesa e da formação de nosso vocabulário, além de um suplemento sobre a nova ortografia.

VERO – Corretor ortográfico livre e atualizado. Para quem escreve no computador e costuma contar com auxílio de programas de verificação ortográfica, uma opção é o VERO, um *software* corretor de textos atualizado com as novas regras ortográficas. O programa foi desenvolvido para ser usado com o editor de textos da BrOffice e ambos podem ser baixados gratuitamente no *site* www.broffice.org/verortografico.

www.cplp.org – Site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nele, podem ser encontradas notícias relacionadas aos países que falam português, as negociações diplomáticas entre eles e o que tem sido feito para fortalecer o bloco lusófono. Você fica sabendo também sobre iniciativas para divulgar e difundir a língua portuguesa, além de encontrar todas as informações a respeito do Acordo Ortográfico.

Livro na roda

Firim Firim – Elizete Lisboa. Ed. Paulinas, 2007. Uma mistura de pontinhos em alto-relevo, traços em tinta e palavras que fazem fixar o olhar e as mãos de qualquer criança. O mais novo livro da escritora mineira Elizete Lisboa conta, de maneira divertida, a história de macacos, garças e galinhas que povoam uma floresta. A aventura vem apresentada nesse livro de modo acessível a crianças com deficiência visual por trazer lado a lado, nas mesmas páginas, tanto o braile quanto a escrita à tinta. Elizete demonstra que o trabalho de inclusão envolvendo a leitura e a escrita pode ser bem feito se a literatura lança mão de um material adequado e capaz de divertir as crianças.

gpecchio.blogspot.com – No endereço eletrônico, a autora da Coleção Toby disponibiliza fotos, arquivos e textos sobre suas três obras. O objetivo é permitir a quem aprecia seu trabalho acompanhar seu dia a dia como

escritora e o andamento de suas publicações. Lá, ela conta como conheceu o protagonista de suas histórias, as inspirações e o gosto pela escrita. Além disso, os leitores e interessados podem acompanhar as datas das palestras, lançamentos de livros e eventos dos quais a autora participará neste ano.

Revista Sentidos – Ed. Escala. A inclusão das pessoas com deficiência. Esse é o *slogan* da revista *Sentidos* que traz matérias sobre a superação das deficiências e os recursos que vieram facilitar a vida das pessoas. As notícias são variadas e tratam de questões que vão desde a educação e o trabalho até as inovações tecnológicas. Já em sua 50ª edição, a revista tem um *site* (www.sentidos.com.br) e um *blog* (blogsentidos.blogspot.com) com dicas de atividades, entretenimento e textos que abordam a luta a favor da inclusão.

Educomunicação

Comunicação e Criatividade na Escola. – Ismar de Oliveira Soares. Ed. Paulinas, 1990. Livro citado por especialistas como o primeiro a abordar o termo *educomunicação* no Brasil. A obra aborda o conceito como uma convergência não só da comunicação e da educação, mas de todas as áreas das ciências humanas, além de sugerir maneiras de utilizar a mídia em sala de aula.

Sem medo de mudar

Com 37 anos de experiência, alfabetizadora do Sul do Brasil acredita que o trabalho na área exige coragem e ousadia para mudar o que não vai bem (ANDREA SOUZA)

Maria Elena Guerra é mestre em misturar papéis. Uma avó carinhosa atenta à alfabetização da neta de três anos e uma professora que assume, também com carinho, a sala de aula. Apaixonada pela profissão, ela atua na área desde 1972, quando seu maior desejo era trabalhar com a 3ª série. No entanto, ao ser aprovada no concurso para lecionar na rede de ensino municipal de Santa Maria (RS), de onde nunca saiu, foi indicada para trabalhar com a 1ª série. "Eu me lembro da minha primeira turma. Eram 39 alunos muito carentes, que não tinham um apoio muito grande dos pais. Mas, ao final do ano, conseguimos alfabetizar quase todas as crianças."

A inexperiência se transformou em conquistas e, desde então, Maria Elena acredita que não há nada melhor do que acompanhar o desenvolvimento de seus alunos. Depois de tentar se aposentar por duas vezes, sem sucesso, a professora diz que não consegue largar o trabalho que, para ela, "é um dos mais gratificantes do mundo". Atualmente, acompanha cinco alunos do 2º ano do ensino fundamental.

Superando desafios

No seu primeiro ano como alfabetizadora, o método da Abelhinha estava em alta. Criado em 1965 por professoras do Rio de Janeiro, foi rapidamente implementado em alguns estados brasileiros, como Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Trata-se de um método de base fônica, que destaca o trabalho com sons, letras e recursos visuais. No entanto, Maria Elena percebeu que, em sua turma, o trabalho não estava dando resultado e decidiu passar para o método silábico. Segundo ela, "foi uma alternativa interessante, pois trata-se de um método mais simples, que, a partir da unidade das palavras, explora as várias famílias de sílabas." Ainda assim, para não trabalhar apenas a formação das palavras, Maria Elena procurou também manter o foco no som das letras e na modulação fonética das sílabas.

A professora conta que, ao usar essa estratégia de ensino, ela se aproveitava dos assuntos e materiais que as crianças traziam de casa, daquilo que fazia parte do cotidiano deles. Assim, se havia um personagem da televisão que fazia sucesso entre os alunos, Maria Elena aplicava o método a partir do nome desse personagem e de palavras a ele relacionadas.

Para ela, o perfil dos alunos que entram no 1º ano do ensino fundamental mudou muito ao longo do tempo em que trabalhou nas escolas. Se, antes, as crianças eram mais tímidas em sua participação nas aulas, com poucos questionamentos diante das propostas do professor, hoje, "sabem opinar sobre questões variadas, como o desmatamento e a dengue." De acordo com Maria Elena, o professor deve aproveitar esse conhecimento dos alunos para enriquecer e dinamizar as aulas.

Ensino e diversão

Maria Elena, que desde os cinco anos inventava aulinhas para as colegas, não economiza recursos para tornar o processo de aprendizado interessante para as crianças. Procura usar o maior número de materiais possíveis: computador, livros, quadros, materiais reciclados. Quando lecionava nas escolas de Santa Maria, ela também costumava levar a turma para uma caminhada pela universidade próxima à escola ou a um passeio por um criadouro da cidade que abrigava animais de muitas espécies. A paisagem servia de inspiração para os relatos das crianças e para o trabalho dentro da sala de aula. "A partir do que era

observado durante o passeio, chegávamos em sala de aula e eles trocavam ideias sobre o que haviam presenciado. Pensávamos também em palavras-chaves relacionadas às experiências do dia e, a partir delas, explorávamos as sílabas e os sons das letras."

A professora procurava não atropelar o processo de aprendizado da escrita. Os exercícios de produção de texto desenvolvidos por Maria Elena eram, a princípio, feitos de modo coletivo para que um colega pudesse auxiliar o outro nas dúvidas e na construção das ideias. Só depois dessa etapa, os alunos começavam a escrever individualmente. "É importante não colocar muitos limites e regras nos primeiros textos das crianças para que as ideias fluam melhor. Gosto de deixá-las mais livres."

Os alunos também se expressavam em dramatizações. Era comum a apresentação de um teatrinho com fantoches ou máscaras. Além de aprenderem novas palavras e formas de se manifestarem oralmente, a professora conta que, a partir desse tipo de trabalho, as crianças treinavam a desenvoltura e a capacidade de se expressar em público. "Eu tinha uma aluna que era muito tímida nas aulas, mas, quando chegava o momento dos teatros, ela era maravilhosa, se expressava muito bem", conta a professora, orgulhosa.



Foto: acervo pessoal

A alfabetizadora Maria Elena Guerra se destaca por não temer novos desafios